programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras

Fórum de Usuários

Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"

Simpósio de Inovações

Jornada de Cursos

Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

IBGE 60 anos 1936-1996

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

Porto Alegre Anos 90: Características Sócio-Econômicas da Metrópole Gaúcha

Clitia Helena Backx Martins*

Amilcar Bruno S. Loureiro**

Introdução

A crise econômica que vem atingindo o Brasil desde a década passada resultou em efeitos devastadores como o crescimento da miséria e a deterioração da qualidade de vida de grande parte da população. Observa-se, porém, que a crise brasileira se insere no movimento de reestruturação econômica internacional e de globalização de mercados, que adota um novo modelo de produtividade, com base na organização flexível do trabalho (RIBEIRO, SANTOS JUNIOR, 1993).

Dentro desse contexto, e em função do processo urbano-industrial no País, as áreas metropolitanas brasileiras mostram-se como locais onde os efeitos da crise se intensificam, apresentando dinâmicas específicas de queda dos níveis de emprego e renda (ROCHA, 1991; RIBEIRO, LAGO, 1994). Por outro lado, as transformações na estrutura

*Economista e Socióloga da FEE
**Economista da FEE e Professor da PUC/RS

Os autores agradecem a Naia Oliveira, Rosetta Mammarella e Tanya Barcellos pelas contribuições à versão preliminar do texto, bem como ao estagiário Leonardo Xavier da Silva pelo esforço e dedicação na confecção de mapas e tabelas.

ocupação do solo urbano em Porto Alegre, reportando-se à questão da segregação sócio-espacial.

O tema do presente artigo remete a estas investigações prévias, tentando unir as perspectivas de tranformações econômicas e de exclusão social no município de Porto Alegre. Assim sendo, verificamos, em primeiro lugar, como se dá o processo de transformação na estrutura produtiva de Porto Alegre, para caracterizar a terciarização na capital gaúcha, através de indicadores de renda interna e ocupação por setores. Além de quantificar a participação de cada setor na ocupação e na renda interna municipal, e a contribuição setorial de Porto Alegre na renda interna do Estado no período recente, procedemos a um levantamento sobre os segmentos de serviços na metrópole, tentando situar a diferenciação interna do setor quanto ao critério de classificação entre segmentos mais "modernos" ou mais "tradicionais".

Na segunda parte do texto, procurou-se investigar as características intra-urbanas de segregação sócio-espacial e condições de vida, usando para esse fim a delimitação espacial das áreas de ocupação regular e irregular no município(2). Para tanto, foram selecionados indicadores de saúde e de saneamento básico. No caso dos indicadores de saúde, utilizou-se a mortalidade infantil proporcional e a mortalidade proporcional de menores de cinco anos. Quanto ao saneamento básico, foi verificado o nível de atendimento por rede de água e esgoto sanitário. Estes indicadores mostram

diretamente a satisfação das necessidades básicas da população, revelando, de modo claro, o nível de bem-estar. Segundo a UNICEF (Situação Mund. Infan., 1989), por um lado, eles medem os resultados finais das ações de planejamento sócio-econômico, sendo por isso mais úteis do que os indicadores que medem os meios para chegar a resultados desejáveis, como número de médicos por 1000 habitantes ou nível da matrícula escolar. Por outro lado, eles têm a vantagem de retratar diferentes características da população e sua relação com os serviços públicos, como o conhecimento das mães sobre questões ligadas à saúde, e disponibilidade e acesso a serviços sanitários.

Os dados obtidos estão desagregados segundo as áreas de ocupação regular e de ocupação irregular, estas últimas formadas predominantemente pelos núcleos de subabitações. Deste modo, pretendeu-se verificar a distribuição espacial de serviços de saneamento básico e das condições de saúde em Porto Alegre.

Juntando-se as duas pontas da análise, o objetivo é observar o padrão de segregação social do espaço, dada o atual processo de mudanças na estutura produtiva da cidade.

Perfil Econômico da Metrópole: o Crescimento do Setor Terciário

Caracterização de Porto Alegre e sua Região Metropolitana

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) destaca-se como a maior concentração urbana no Rio Grande do Sul. Na década de 80, a taxa geométrica de crescimento populacional na RMPA superou a média do Estado, ressalvando-se o fato de que, na Capital, a taxa ficou abaixo dessa média, ou seja, o crescimento localizou-se nos demais municípios da Região. Efetivamente, dos 33 municípios no Estado que, de acordo com dados do Censo Demográfico de 1991, tiveram taxas de crescimento pelo menos duas vezes superiores à média estadual (1,478%), 17 pertencem à Região Metropolitana(3). Ainda conforme o último Censo, um terço da população total ou 41,66% da população urbana do Estado vive na RMPA. Porto Alegre, porém, teve reduzida a sua participação na população urbana do Estado, com um decréscimo entre 1980 e 1991 de 21,83% para 17,83%, o que pode ter a conotação de um "transbordamento", isto é, uma expansão da cidade em direção aos municípios periféricos.

No que se refere aos aspectos econômicos, a RMPA apresenta crescimento da participação na renda de serviços do Estado (de 43,38% em 1980 para 47,24% em 1990) e na renda industrial (de 51,61% em 1980 para 53,33% em 1990), bem como na População Economicamente Ativa (PEA) estadual ocupada na indústria (43,33% em 1980 e 44,65% em 1990)(4).

No entanto, como mencionamos na Introdução, Porto Alegre vinha sofrendo um processo de desindustrialização relativa desde a década de 70, com a saída de indústrias para o seu entorno (ALONSO, BANDEIRA, 1988). A Capital

seguiu reduzindo sua participação na renda industrial do Estado, de 18,87% em 1980 a 12,45% em 1985, mantendo-se, então no mesmo nível até 1990 (Tabela 1).

A tendência, a nível estadual, portanto, é de reconcentração das indústrias em outros municípios da RMPA, com exclusão da sede metropolitana. Observa-se que o outro pólo industrial no Estado localiza-se na região de Caxias do Sul, próxima à Região Metropolitana, formando-se um eixo entre os dois.

Por outro lado, mesmo tendo perdido relativamente sua relevância como centro industrial, Porto Alegre ainda mantém sua posição de município com participação proporcionalmente mais alta na renda estadual desse setor, com 12,44% (1990) (Tabela 2). Sobre o tipo de produção industrial predominante no município, ressalta-se que, embora os três grandes complexos industriais do Estado, a saber, o Complexo Coureiro-Calçadista, o Complexo Metal-Mecânico, e o Complexo Químico, localizem-se preferencialmente na Região Metropolitana, apenas o Químico mantém-se com uma certa expressão na Capital, com produção de Fertilizantes, Plásticos, Produtos Farmacêuticos, etc... Os outros gêneros industriais predominantes na cidade, não pertencentes a este Complexo, têm caráter de bens de consumo não-duráveis, como Bebidas e Vestuário. Tomando-se como base a participação percentual do número de empregados em indústrias no município sobre o total estadual, por gênero, constatamos que os gêneros industriais mais relevantes no município são:

Produtos Farmacêuticos e Veterinários (54%); Editorial e Gráfica (47%); Perfumarias, Sabões e Velas (38%); Vestuário e Artefatos de Tecidos (20%); Bebidas (18%); Produtos de Matérias Plásticas (17%); Fertilizantes (16%) (FEE/NEI, 1994) (Tabela 3).

Em resumo, percebe-se que, no contexto estadual, a participação de Porto Alegre na produção industrial tecnologicamente mais avançada é limitada, já que os ramos que aqui estão mais representados, com exceção do Químico, são aqueles considerados como mais tradicionais, do ponto de vista de inovações tecnológicas (FEE/NEI, 1994).

Entretanto, Porto Alegre mantém-se como a metrópole do Estado, por sua contribuição à renda de serviços(5) (Tabela 4) e pela proporção da PEA ocupada no terciário estadual (Tabela 5), com ênfase em alguns segmentos de serviços, como Administração Pública e Atividades Sociais (Barcellos, 1994).

Assim, deixando de lado o papel de pólo industrial, Porto Alegre ainda centraliza atividades fundamentais ao sistema produtivo estadual. Para entender melhor o novo papel que se coloca para a metrópole, abordamos a seguir alguns aspectos sobre o setor terciário.

O Setor Terciário

A noção tradicional sobre o terciário remete à idéia de caráter residual, complementar, das suas atividades em relação aos demais setores da economia, já que este setor

não produz bens tangíveis, como a agropecuária ou a indústria.

Anita Kon (1992) aponta três fatores primordiais interligados para explicar o processo de terciarização das economias industriais, associado ao desenvolvimento econômico global, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. São eles: 1- o processo de concentração e centralização de capital, 2 -a internacionalização do capital por meio da multinacionalização das empresas, e 3- o desenvolvimento da alta tecnologia, com a criação de empresas multidivisionais. Estas transformações trouxeram novas formas de organização e controle das empresas, gerando a necessidade de criação de uma rede de empresas de serviços auxiliares, externos às empresas, o que resulta no crescimento da terciarização a nível global.

No Brasil, com a aceleração dos processos de industrialização e urbanização a partir dos anos 50, importantes mudanças se desenvolveram na estrutura produtiva interna. O setor de serviços cresceu significativamente desde então, tornando-se majoritário na composição da renda e do emprego, tanto no País como no estado do Rio Grande do Sul. Efetivamente, o setor terciário local, no seu crescimento, tem seguido um padrão similar ao desempenho do agregado nacional. Em 1940, o setor ocupava cerca de 25% da População Economicamente Ativa (PEA), igualmente no Brasil e no Rio Grande do Sul; em 1970 passa a absorver em torno de 37% da PEA total, no País e no Estado (FEE, 1978). Para

1990, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que respectivamente 54% da PEA (Brasil) e 51% da PEA (RS) concentram-se no setor (PNAD, 1990).

Quanto à estrutura interna do produto terciário gaúcho, as duas maiores transformações no período 1947-1969 referem-se à diminuição da participação do segmento Comércio de Mercadorias (de 40,9% em 1947 para 21,34% em 1969) e do crescimento dos serviços creditícios e financeiros (8,68% em 1947 e 20,69% em 1969). Em termos da estrutura ocupacional do setor, percebe-se que a tendência ao crescimento da ocupação formal no Estado não interferiu na permanência das atividades informais, como o comércio ambulante (FEE, 1978).

Ressalta-se, porém, a heterogeneidade do terciário quanto às formas de organização, desempenho e comportamento econômico, existindo vários critérios para classificar as atividades diferenciadas que compõem o setor.

Na tentativa de ordenar as atividades em subgrupos mais homogêneos, podemos recorrer aos dois critérios elaborados pelo IBGE/DPE (1989):

1- Identificação do usuário dos serviços (pessoas ou empresas).

Normalmente, essa divisão é colocada em termos de serviços para a produção, ou seja, serviços especializados complementares à indústria e, em menor escala, à produção agropecuária; e serviços para o consumo, dirigidos ao consumo final de indivíduos ou famílias.

2- Grau de intensidade de capital, sofisticação tecnológica e forma de absorção de mão-de-obra.

Nessa classificação, colocam-se, de um lado, os segmentos ditos "modernos", nos quais as relações entre os agentes econômicos assumem formas tipicamente capitalistas; estes segmentos se caracterizam pela utilização de tecnologias mais sofisticadas, por maior intensidade de capital e por exigirem maior nível de qualificação e especialização da mão-de-obra, como os serviços creditícios e financeiros, parcelas do Comércio, Transportes, Comunicações e Armazenagem, e serviços técnicos especializados, a exemplo da Informática. Por outro lado, estariam os segmentos "tradicionais", onde predominam formas de organização arcaicas, baixo emprego de tecnologia e mão-de-obra pouco qualificada, constituída principalmente por autônomos ou por trabalhadores sem vínculo empregatício formal; estas características, por sua vez, são freqüentes na prestação de Serviços Pessoais, no pequeno Comércio Varejista, no Comércio Ambulante e nos Serviços Domésticos.

Comumente, se identifica os serviços para a produção com os segmentos "modernos" do terciário, apesar de que alguns dos ramos desses segmentos sejam voltados ao consumo final, como hipermercados e shoppings.

No caso de Porto Alegre, veremos a seguir alguns aspectos sobre o perfil do setor serviços, isto é, como se dá aqui o processo de terciarização, e quais as perspectivas gerais sobre as novas funções da metrópole regional.

Novas Funções Econômicas de Porto Alegre

Em Porto Alegre, o terciário assume um papel preponderante em relação aos outros setores da economia, no que diz respeito à sua participação na estrutura da renda interna do município, a qual passou de 69,62% em 1980 para 76,97% em 1990 (Tabela 6); e na distribuição percentual da ocupação, representando 84% dos ocupados em 1993, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMPA)(6), (Tabela 7). Por sua vez, a contribuição da Capital na renda do terciário estadual tem sido, historicamente, bastante significativa. Tomando-se os dois subgrupos que compõem o setor constata-se que, tanto o Comércio de Mercadorias, quanto o outro subgrupo, Demais Serviços, tiveram uma participação acima de 25% em 1990; a participação do terciário de Porto Alegre, como um todo, correspondeu a 28,55% nesse ano(7) (Tabela 1). Levamos em consideração, entretanto, que o subgrupo Demais Serviços foi o que apresentou maior dinamismo entre todos os setores do município no passado recente, aumentando sua participação na estrutura produtiva de Porto Alegre, de 49,48% em 1980, para 60,45% em 1990, enquanto o outro subgrupo, Comércio, reduziu sua participação percentual entre 1980 e 1990, de 20,14% para 16,52% (Tabela 6). Esta queda da importância relativa do Comércio, e o paralelo crescimento dos Demais Serviços, tendência existente desde os anos 70, se dá simultaneamente a uma diversificação do último subgrupo, com o surgimento de

novas atividades, mais sofisticadas e especializadas (ALONSO, BANDEIRA, 1988).

Investigando o terciário, alguns trabalhos como os de Berni (1986), do IBGE/DPE (1989), Dedecca e Montagner (1991), Pacheco (1992), e da PMPA (1993;1993a) discutem a capacidade desse setor em gerar emprego e renda, e de compensar a perda nas finanças municipais das grandes cidades, causada pelo decréscimo relativo de transferências de taxas sobre atividades industriais, conseqüência da desindustrialização. Freqüentemente, associa-se o crescimento do terciário e de seu papel na geração de postos de trabalho e de rendimentos com a modernização do setor. Esta se daria primordialmente pela integração com as atividades industriais, melhorando-se as condições técnicas e a especialização nos chamados serviços para a produção. Identificar este segmento de serviços, que se insere no subgrupo Demais Serviços, averiguando como ele se situa em Porto Alegre, é, assim, prioritário para examinar suas possibilidades nesse sentido.

Em uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de São Paulo, a equipe local da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/SP - Convênio SEADE/DIEESE), subdividiu os diversos segmentos de Demais Serviços em: 1-Serviços para a Produção, 2-Serviços para o Consumo e 3-Serviços ligados a Políticas Sociais (PED/SP, s.d.), para verificar o percentual de ocupados em cada grupo. Usando o mesmo critério(8), e tomando os dados amostrais para Porto Alegre

da PED/RMPA (média de 1993), reunimos os Demais Serviços nos seguintes grupos:

1- Serviços para a Produção - abarca os segmentos Transportes e Armazenagem; Serviços Especializados; Serviços Creditícios e Financeiros; Comércio, Administração de Valores Mobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Oficinas de Reparação Mecânica; Outros Serviços de Reparação e Limpeza; e Serviços de Comunicações.

2- Serviços para o Consumo - com os segmentos Serviços Pessoais; Serviços de Alimentação; Serviços Domésticos; e Diversões, Radiodifusão e Teledifusão.

3- Serviços ligados a Políticas Sociais - compreende os Serviços de Utilidade Pública; Serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Educação; Saúde; e Serviços Comunitários.

Verificando a distribuição percentual dos ocupados nos serviços, de acordo com os dados da PED/RMPA, constatamos que em Porto Alegre a maior parte, ou seja, 43,0% dos trabalhadores no setor, ocupa-se de Serviços para a Produção, enquanto 37,5% estão no grupo Serviços ligados a Políticas Sociais e 19,5% no grupo Serviços para o Consumo (9) (Tabela 8). Por outro lado, um dado que também permite uma aproximação para se dimensionar o peso dos Serviços para a Produção no conjunto dos Demais Serviços, refere-se aos alvarás expedidos pela Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio de Porto Alegre (SMIC/PMPA). Reordenando-se as atividades de serviços que constam na

listagem de alvarás concedidos durante os anos de 1989 a 1992, agregados, e o ano de 1993, segundo as mesmas categorias utilizadas na PED, percebe-se, na Tabela 9, que a maior parte de serviços licenciados pela SMIC relaciona-se à produção, nos dois pontos (82,39% no período 1989-92 e 75,08% em 1993). Não podemos, entretanto, concluir, a partir deste dado, que os serviços ligados à produção sejam tão preponderantes na cidade, já que uma parte significativa dos Serviços Sociais, ou seja, aqueles ligados à Administração Pública, não necessitam de alvarás para seu funcionamento e portanto, não fazem parte da listagem. Contudo, pela própria verificação da existência do registro legal da atividade, reforça-se a imagem de menor informalidade nos Serviços para a Produção do que nos Serviços para o Consumo. Outro aspecto a destacar diz respeito à participação crescente de alguns segmentos de serviços, como os serviços auxiliares (34,75% e 38,30%, nos dois pontos, respectivamente) e os serviços de reparação, limpeza e vigilância (7,91% e 9,11%), o que pode estar relacionado ao processo de terceirização, isto é, a transferência de atividades que antes eram desempenhadas pelo setor industrial para o terciário, através de contratos das indústrias com empresas específicas dos serviços.

Passando para um outro tipo de classificação, tentamos qualificar os segmentos do Terciário em mais modernos ou tradicionais, verificando, através de dados sobre ocupação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1990, o percentual de ocupação formal e informal(10) dos setores e

subsetores econômicos usados na PNAD. Embora os dados sejam agregados para a Região Metropolitana como um todo, pode-se utilizá-los como proxy para Porto Alegre, devido à importância da participação do município na renda e na ocupação da RMPA. Dessa forma, nota-se pela Tabela 10 que, entre as atividades com maior grau de informalização nos vínculos de trabalho, além da Agricultura, encontra-se o ramo Prestação de Serviços, que, conforme os critérios usados na PNAD, reune somente serviços dirigidos ao consumo como alojamento e alimentação, diversões, conservação, etc... Neste segmento de serviços, o percentual de informalização da mão-de-obra ocupada corresponde a 58,82%. Já nos ramos de serviços ligados à produção, percebe-se o contrário: no ramo de Transporte e Comunicações, 76,41% das pessoas ocupadas estão no setor formal, e nos Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas esse percentual equivale a 55%. O ramo Social, que compreende os serviços comunitários, médicos, odontológicos e de ensino, também tem um alto percentual de ocupação formal: mais de dois terços do pessoal ocupado. No caso da Administração Pública, considera-se 100% do pessoal ocupado no setor formal, somando-se celetistas e estatutários.

Para ter-se uma idéia de como evoluíram os setores formal e informal nos últimos anos na RMPA, a Tabela 11 e o Gráfico 1 nos mostram que, de 1984 a 1990, a proporção tem sido de cerca de 2/3 do pessoal ocupado no setor formal e o restante no setor informal. Não obstante, percebe-se uma

leve redução do setor formal em relação ao informal no período.

Por outro lado, tomando-se novamente dados amostrais da PED/RMPA (média de 1993), constata-se que, no município de Porto Alegre, o padrão de distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação, é similar ao da Região Metropolitana como um todo, sendo que aproximadamente 65% da mão-de-obra ocupada se encontra no setor formal e cerca de 35% no setor informal.

Em face desses resultados, os quais demonstram a importância que alguns segmentos do terciário moderno ou "superior" vem assumindo em Porto Alegre, não subestimando a permanência dos segmentos de serviços tradicionais, informais, podemos sinalizar a expansão dos segmentos de serviços ligados à produção, especialmente no que tange aos serviços especializados, vinculados aos complexos industriais localizados no eixo RMPA-aglomerado de Caxias do Sul. Nesse caso, sem desconsiderar a existência do Pólo Mecatrônico de Caxias do Sul, Porto Alegre pode vir a ser a sede de centros de pesquisa que atendam às necessidades dessas indústrias, já que, como vimos anteriormente, grande parte das atividades industriais de ponta estão sediadas nos outros municípios da RMPA ou na região de Caxias (FEE/NEI, 1994). Além disso, a cidade deve atender à própria dinâmica de crescimento do terciário, com o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de comunicações, informática, transportes, armazenamento e outras. Assim, suas funções de

centralidade e hegemonia no sistema urbano gaúcho permanecem, transformando-se, no entanto, a estrutura produtiva no sentido de se consolidar como uma cidade de serviços avançados, necessários e complementares ao desenvolvimento de sua Região Metropolitana e ao resto do Estado.

Contudo, os dados sobre os processos sócio-espaciais de construção da cidade revelam a intensificação de aspectos relacionados à segregação urbana em Porto Alegre, denotando o caráter de modelo dual de desenvolvimento. Estes aspectos estão contemplados na análise que se segue.

O Fenômeno de Segregação urbana em Porto Alegre

O tema da segregação sócio-espacial urbana tem sido abordado de modo a relacionar este fenômeno com o processo de valorização do solo urbano(11), o qual determina a expulsão da população de baixa renda para a periferia e a concentração dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas mais centrais e valorizadas das cidades.

Historicamente, o fenômeno da segregação urbana vem assumindo proporções crescentes em Porto Alegre, com o aumento dos núcleos de subabitação de 41, em 1951, para 145, em 1980/1981 e para 249, em 1991, segundo dados da Secretaria do Planejamento Municipal. Nestes mesmos anos, a população destes núcleos era, respectivamente, de 16.303 habitantes, 171.419 habitantes e 425.000 habitantes, formando áreas de ocupação irregular, caracterizadas pela

ocupação ilegal do solo, e descumprimento das leis e normas urbanísticas, com parcelamento irregular ou clandestino do solo.

Entretanto, o número exato de moradores destas áreas não é conhecido, devido à divergência de metodologias entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o IBGE.

Em 1991, os estudos da PMPA, baseados em estimativas, apontaram 425.000 pessoas nas áreas de subabitação, correspondendo a 34,07% da população urbana e 33,64% da população total. Já o IBGE detectou, no caso de 1991, 99.232 pessoas nos aglomerados subnormais, representando 8,00% da população urbana e 7,86% da população total da cidade.

A diferença entre os dois dados se deve ao fato de que a metodologia da PMPA abrange toda a população encontrada numa área de ocupação irregular, ao passo que a metodologia do IBGE só considera os núcleos de subabitação a partir de 51 barracos e não inclui nos aglomerados subnormais os núcleos que possuam dois dos três serviços públicos essenciais (água, esgoto sanitário e energia elétrica domiciliar), o que descaracteriza muitas vilas de Porto Alegre, que dispõem de água encanada e iluminação elétrica. Assim, o IBGE levantou 24.808 barracos e a PMPA 106.250 barracos, naquele ano.

Em termos de taxa de crescimento demográfico, os dados da PMPA indicam taxas geométricas anuais, entre 1980 e 1991, de 1,055 para a população total e 1,026 para a população urbana. Já nos núcleos de subabitação, a população cresceu,

naquele período, à taxa geométrica de 8,60. No mesmo período, os acréscimos registrados nas populações urbana e total foram, respectivamente, de 12,24% e 11,88%.

A expansão da população de Porto Alegre para a periferia pode ser vista na Tabela 12, em que os bairros são agrupados segundo cinco circuitos de área (12), com dados do IBGE. Vê-se que, dentre os circuitos mais populosos, os circuitos central e intermediário diminuíram sua participação na população total, de 30,13% para 24,72% e de 32,98% para 30,54%, respectivamente. Por sua vez, o circuito periférico aumentou sua participação de 33,84% para 41,58% .

A Tabela 13 mostra os bairros que apresentam maior crescimento demográfico entre 1980 e 1991, segundo o IBGE. As mais altas taxas de crescimento encontram-se em quatro bairros da periferia, a saber: Belém Velho, Vila Nova, Rubem Berta e Humaitá, seguidos de três bairros do circuito intermediário: Nonoai, Espírito Santo e Bom Jesus.

Os dez bairros com maior crescimento populacional localizam-se predominantemente nas áreas norte, sul e centro-sul do município; destes, apenas dois, Espírito Santo e Bela Vista, não possuem áreas de ocupação irregular.

A Tabela 14 mostra o subgrupo populacional denominado pelo IBGE de população subnormal, distribuída segundo os circuitos, notando-se que 96,65% desta população encontra-se nos circuitos intermediário e periférico. Já na Tabela 15, estão arrolados os bairros que, conforme o IBGE, têm

maior percentual de população subnormal, notando-se a alta concentração destes bairros nos circuitos intermediário e periférico, bem como sua localização ao sul, leste e norte do município. Ressalta-se novamente o fato de que a metodologia do IBGE exclui os núcleos com menos de 51 subabitações, acarretando a subestimação da população destas áreas, inclusive no circuito central.

Por outro lado, o processo de ocupação irregular do solo em Porto Alegre fez com que os moradores de algumas áreas se instalassem em áreas de risco. Segundo dados do Programa de Reassentamento da PMPA, foram identificados, nas vilas de Porto Alegre, 84 pontos de alto risco geotécnico; 145 pontos de risco geotécnico não imediato; 119 pontos carentes de saneamento; a necessidade de relocação de 36 moradias e de manejo de vegetação em dez pontos.

Fica caracterizada, assim, uma tendência à ocupação irregular da terra pela população, formando manchas de assentamentos irregulares, em expansão para fora da área central e localizando-se predominantemente nas áreas intermediárias e periféricas da cidade.

A seguir, serão analisadas comparativamente as áreas de ocupação regular e irregular quanto à mortalidade de menores de cinco anos, à mortalidade infantil e ao atendimento por redes de água e esgoto, pressupondo-se uma relação muito forte entre o nível de atendimento por estas redes e o nível de saúde, sobretudo quanto ao grupo das doenças infecciosas e parasitárias.

A Mortalidade Proporcional de Menores de Cinco Anos e a Mortalidade Proporcional Infantil

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos, que estabelece a relação entre a população neste grupo etário e o respectivo número de óbitos, é considerada pela UNICEF (Situação Mund. Infan., 1989) o principal indicador das condições de vida em geral e das crianças, no mundo, e tem a sua utilização recomendada pelos órgãos de saúde pública no Estado do Rio Grande do Sul. Devido à inexistência de dados demográficos desagregados segundo as áreas de ocupação regular e irregular, que permitiriam determinar esta taxa, foi adotada a mortalidade proporcional na mesma faixa etária, a qual consiste na participação percentual das diversas causas de óbito na mortalidade total deste grupo, sendo este último indicador também adequado para detectar as relações entre os óbitos e o nível de vida.

Como não há dados anteriores a 1992 relativos à mortalidade proporcional de menores de cinco anos, a análise foi complementada utilizando-se dados sobre a mortalidade proporcional infantil, que corresponde aos percentuais das causas de óbitos de menores um ano. Isto permitiu comparar os dados de 1992 com os de 1980, sendo estes últimos do trabalho da FEE "Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre" (BARCELLOS, coord., 1986).

Examinando a estrutura dos óbitos dos menores de cinco anos em 1992 (Tabela 16), vê-se que ela guarda

correspondência com a estrutura dos óbitos de menores de um ano, no mesmo ano (Tabela 18), tanto nas áreas de ocupação regular quanto nas áreas de ocupação irregular.

Nos assentamentos regulares, as principais causas de óbitos são, pela ordem, "algumas afecções geradas no período perinatal" e "doenças do aparelho respiratório", que compreendem 60,6% dos óbitos de menores de cinco anos e 67,6% dos óbitos de menores de um ano, em 1992.

Nos assentamentos irregulares, as maiores causas de morte são as "doenças do aparelho respiratório" e "algumas afecções geradas no período perinatal", pela ordem, abrangendo 61,0% dos óbitos de menores de cinco anos e 67,6% os óbitos de menores de um ano, em 1992.

Combinando-se os dados da mortalidade infantil por causas de óbito (Tabela 18) com a mortalidade infantil desagregada em neonatal (até 27 dias) e infantil tardia (28 a 364 dias) (Tabela 17), pode-se verificar a evolução do quadro de saúde nas áreas de ocupação regular e irregular entre 1980 e 1992.

Nota-se que a mortalidade infantil tardia, mais sensível às condições do meio social, apresenta valores percentuais maiores do que os da mortalidade neonatal, nas áreas de ocupação irregular, e que, além disso, seu percentual aumentou de 56% em 1980 para 63% em 1992, nestas áreas.

Nas áreas de ocupação regular a situação da saúde é bem melhor, pois a mortalidade infantil tardia, que depende mais

das condições sociais, é inferior à mortalidade neonatal. Observa-se ainda que nesses assentamentos regulares houve um avanço no nível de saúde entre 1980 e 1992, uma vez que a mortalidade infantil tardia diminuiu de 42,50% para 37,70%.

Quanto à mortalidade infantil proporcional por grupos de causas, verifica-se que, entre 1980 e 1992, houve diminuição do percentual das doenças infecciosas e parasitárias, tanto nos assentamentos regulares (com uma queda de quase dez pontos percentuais) quanto nos assentamentos irregulares (com uma queda de 7,4 pontos percentuais), como mostra a Tabela 18. Nestes últimos, entretanto, o percentual desta causa de óbito superou o dos assentamentos regulares, tanto em 1980 quanto em 1992, tendo a diferença entre eles aumentado de 3,0 para 5,4 pontos percentuais. Assim, verifica-se, por um lado, a eficiência dos programas de imunização, que chegam a todas as áreas da cidade e, por outro lado, um aumento da diferença de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, ainda que pequeno, diferenciando as áreas de ocupação regular e irregular.

No mesmo período houve um aumento da participação das doenças do aparelho respiratório, que passaram de 18,40% para 21,20% nas áreas de ocupação regular e de 27, 60% para 35,10% nas áreas de ocupação irregular. O aumento de 7,50 pontos percentuais nos assentamentos irregulares é um provável motivo para o aumento da mortalidade infantil tardia nestas áreas (LOUREIRO, 1994), conforme a Tabela 17.

Também neste caso o percentual das áreas de ocupação irregular superou o das áreas de ocupação regular nos dois anos e a diferença entre elas aumentou de 9,2 para 13,9 pontos percentuais no período.

Nas áreas de ocupação regular, as afecções originadas no período perinatal mantiveram-se como principal causa de óbito em 1992, apresentando um aumento de 5,20 pontos percentuais em relação a 1980, o que explica o aumento verificado na mortalidade infantil neonatal e exposto na Tabela 17. Nestas áreas, as doenças do aparelho respiratório constituem a segunda causa de óbito, fato que já ocorria em 1980, tendo havido um aumento de 2,8 pontos percentuais na participação desta doença no período analisado.

Já nas áreas de ocupação irregular, houve alteração na participação das principais causas de óbito. As afecções do período perinatal, que estavam em primeiro lugar como causa de morte em 1980, estabilizaram o seu percentual e passaram para o segundo lugar em 1992. Quanto às doenças do aparelho respiratório, que eram a segunda causa de óbito em 1980, tiveram o seu percentual aumentado e passaram para o primeiro lugar em 1992. Isto mostra a deterioração das condições de saúde nestas áreas, pois este último grupo de causas é altamente dependente do meio social, enquanto o primeiro é menos dependente dos fatores sociais.

As diferenças entre as áreas de ocupação regular e de ocupação irregular acima descritas, ganham ênfase na medida em que se verifica a queda da mortalidade infantil em Porto

Alegre, medida pelo coeficiente de mortalidade de menores de um ano, o qual relaciona os óbitos nesta idade com os nascidos vivos. De fato, este coeficiente, que em 1980 representava 37,24 por mil nascidos vivos, foi reduzido para 25,91 em 1985 e em 1991 cai para 13,80. (GRASSI, 1992)

Os dados de Porto Alegre, comparados com a meta de 50 óbitos por mil nascidos vivos, fixada pela ONU para o ano 2.000, indicam uma boa situação do quadro da saúde na capital, quanto aos óbitos infantis, apesar dos problemas de queda da renda, verificados na década. Tal situação se deve tanto à ação da saúde pública, através dos programas de imunização, quanto à extensão das redes de água e a esgoto da cidade, o que se reflete sobretudo na queda dos óbitos por doenças infecciosas.

Contudo, os dados de mortalidade proporcional, ainda que obtidos mediante metodologia diferente da dos coeficientes de mortalidade, mostram que é preocupante a situação das áreas de ocupação irregular, uma vez que mesmo beneficiadas em alguns aspectos por programas das áreas de saúde pública, elas apresentaram um aumento da participação das causas de morte atribuídas a fatores sociais (Tabela 17) e tiveram percentuais crescentemente superiores aos das áreas de ocupação regular nestas mesmas causas (Tabela 18).

É oportuno aqui mencionar mais uma vez o crescimento dos assentamentos irregulares e de sua população como um fator contribuinte para as diferenças apontadas entre as áreas de ocupação regular e irregular, pois a expansão

destas últimas dificulta a prestação do atendimento por infra-estrutura sanitária e ações de saúde, além do fato de que a população que acorre para estas áreas, devido ao processo de empobrecimento, torna-se totalmente dependente da ação do setor público.

A seguir, será analisada a situação da infra-estrutura de saneamento básico, em Porto Alegre, quanto às redes de água e esgoto.

Atendimento Por Água e Esgoto Sanitário

O exame das redes de água e esgoto sanitário foi feito de modo a comparar o atendimento das áreas de ocupação regular e irregular, sendo para tanto apresentados alguns dados sobre o aumento dessas redes e sobre o grau de atendimento da população urbana. Estes últimos foram confrontados com os parâmetros estabelecidos pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). As metas fixadas pela OPAS para a população urbana do Rio Grande do Sul, para o ano de 2004, são de 100% de atendimento por rede de água e 60% de atendimento por rede de esgoto.

Segundo os dados da Prefeitura Municipal, em Porto Alegre 98% das economias urbanas cadastradas são atendidas com rede de água, o que inclui algumas economias situadas em vilas populares. Quanto à rede de esgoto, esta serve a 47% das economias urbanas cadastradas por esgoto sanitário, e 26% por esgoto misto, abrangendo grande parte das áreas de

ocupação regular e incluindo, em ambos os casos, algumas economias localizadas em áreas de ocupação irregular.

Assim, vê-se que a cidade de Porto Alegre está muito próxima de atingir a meta fixada para o abastecimento de água e precisa fazer um esforço para chegar à meta relativa ao esgoto, ambas projetadas para o ano de 2004.

A seguir, na Tabela 20, é mostrado o ritmo de crescimento das redes de água e esgoto em Porto Alegre, a partir de 1984.

A expansão da rede de água foi permanente no período, mantendo um ritmo constante de crescimento até 1991 e recebendo um incremento significativo em 1992 e 1993 Em relação à rede de esgoto, esta teve um forte crescimento em 1986 devido ao início do Projeto Rio Guaíba. Nos anos seguintes, apresentou taxas de crescimento variáveis, sendo as mais significativas a de 1988 em relação a 1986 e as dos três últimos anos da série. No período, as taxas de crescimento do esgoto sanitário superaram às de rede de água, com exceção do ano de 1990.

A Tabela 21 mostra o percentual de aumento de economias ligadas somente à rede de água, e às redes de água e esgoto em conjunto. Vê-se um maior crescimento das economias ligadas somente à rede de água, o que configura o atendimento de áreas até então carentes de qualquer serviço de saneamento básico.

Comparando-se as áreas de ocupação regular e irregular, quanto ao atendimento por saneamento básico, verifica-se que

as primeiras estão quase totalmente atendidas por rede de água, conforme indicado acima. Quanto à rede de esgoto, cerca de 47% do total das economias possuem esgoto cloacal, sendo que a área atendida se concentra principalmente na região central.

A situação particular das áreas de ocupação irregular foi investigada segundo a localização das vilas destas áreas nas dezesseis regiões do Orçamento Participativo, porque: 1- os dados da Prefeitura Municipal estão assim referenciados e 2- porque na definição das carências em água e esgoto foi atribuído o mesmo grau de carência a todas as vilas de uma mesma região, sendo um grau para água e outro para esgoto, como é indicado a seguir (ver Tabela 19 e mapa em anexo):

nota 0: carência inferior a 10% ;
nota 1: carência entre 10% e 25% ;
nota 2: carência entre 26% e 50% ;
nota 3: carência entre 51% e 75% ;
nota 4: carência acima de 75% .

A Tabela 22 mostra as carências das regiões quanto ao atendimento por saneamento básico, salientando-se que as mesmas, quanto ao esgoto, superam as carências relativas à água em todas as regiões, com exceção da região das Ilhas, que tem o mesmo nível de atendimento nos dois casos. É exatamente a região das Ilhas que apresenta o pior quadro no conjunto das regiões, pois possui a carência máxima (nota 4) quanto a água e esgoto, seguida da Zona Sul, com nota 4 para o esgoto e nota 3 para a água.

A Tabela 23 resume a situação das vilas com relação ao abastecimento de água, a partir das notas atribuídas às

regiões. Nota-se uma divisão nítida das vilas em dois grupos: aproximadamente metade das mesmas têm carência inferior a 25%, enquanto a outra metade apresenta um déficit de atendimento superior a esse percentual. A situação predominante é a de carência entre 26% e 50%, abrangendo 108 vilas, correspondentes a quase 47% do grupo. O subgrupo com melhor situação (carência inferior a 10%) compreende 58 vilas e corresponde a 25,33% do grupo. Assim, no seu conjunto, as vilas têm um atendimento inferior ao das áreas de ocupação regular, uma vez que nestas em torno de 98% das economias cadastradas são contempladas por este serviço. Entretanto, é de notar-se a expansão do atendimento nas áreas irregulares. Do total de 229 vilas, 198 tinham rede de água instalada, embora sem beneficiar toda a população, como mostra o quadro de carências acima descrito.

As Tabelas 24 e 25 mostram a situação das regiões e vilas, com respeito ao atendimento por rede de esgoto sanitário, revelando-se uma situação bastante inferior à do abastecimento por água, nas áreas de ocupação irregular, já que mais da metade das vilas têm nota 4, ou seja, estão situadas no caso de carência máxima, acima de 75% . Nota-se ainda que 83% das vilas têm déficit superior a 50%. As regiões com melhor nota no atendimento por esgoto (nota 2) são as regiões Norte e Nordeste e com a maior carência (nota 4) são as regiões das Ilhas, Humaitá-Navegantes, Grande Glória, Grande Cruzeiro, Centro-Sul, Extremo-Sul, Eixo da Baltazar, Sul e Centro.

O detalhamento dos dados do DMAE (conforme Tabela 25) revela a situação inferior das áreas de ocupação irregular, relativamente às áreas de ocupação regular. Estas últimas, como visto acima, são em grande parte atendidas por rede de esgoto cloacal ou misto. Nos assentamentos irregulares, 64,89% das vilas não tem qualquer tipo de rede; o esgoto cloacal atende integralmente apenas 13,33% das vilas e parcialmente 4,89% ; e o esgoto pluvial cobre, integral ou parcialmente, apenas 16,89% .

Contudo, aqui também houve expansão da rede de esgoto, tanto cloacal como pluvial, como mostra a Tabela 21. De acordo com a listagem do DMAE, há implantação de esgoto cloacal em 41 das 229 vilas relacionadas, além da instalação de esgoto pluvial em outras vilas.

Concluindo, verifica-se que, quanto ao quadro geral da cidade, o atendimento por água, pela sua maior abrangência, é bastante superior ao atendimento por esgoto sanitário, estando as carências concentradas, nos dois casos, nas áreas de ocupação irregular. No entanto, houve expansão das redes tanto de água como de esgoto nas áreas irregulares, fato que, juntamente com os programas de imunização da saúde pública, contribui para a queda das doenças infecciosas e parasitárias como causa de óbito nos assentamentos irregulares, como foi visto em item anterior. Apesar, porém, de serem beneficiadas pela ampliação destas redes, as áreas de ocupação irregular continuam apresentando um nível de atendimento inferior ao das áreas de ocupação regular.

Comentários Finais: Globalização e Pobreza no Contexto da Metrópole

Pelos dados expostos acima, constatou-se que algumas modificações que vinham acontecendo em Porto Alegre desde a década passada continuam a operar-se, tanto no que se refere às características econômicas de desindustrialização e terciarização como em relação ao fenômeno de segregação social.

No que diz respeito à industrialização, Porto Alegre, mesmo mantendo a posição de município com maior participação na renda industrial do Estado, vem perdendo relevância como centro industrial. Por um lado, sua participação na renda estadual desse setor vem declinando, com a tendência de reconcentrar as indústrias nos outros municípios da Região Metropolitana, a qual, em conseqüência, aumentou a sua contribuição na renda industrial estadual. Por outro lado, a produção industrial tecnologicamente mais avançada é limitada em Porto Alegre, onde, com exceção do Complexo Químico, os ramos industriais mais representados são considerados tradicionais, do ponto de vista das inovações tecnológicas.

Contudo, mesmo perdendo posição na indústria gaúcha, Porto Alegre continua sendo a metrópole do Estado graças ao crescimento do setor terciário, onde se nota a importância de sua participação na renda e na PEA do terciário estadual e o crescimento desse setor na estrutura da sua renda

interna, que passa de 69,62% em 1980 para 76,97% em 1990, fato que se relaciona com a inserção da capital no processo de globalização da economia e ao novo papel que as metrópoles assumem neste contexto.

Na composição do setor terciário, verificou-se que o subgrupo Demais Serviços comportou-se mais dinamicamente do que o subgrupo Comércio, já que este diminuiu sua participação na renda interna do município, enquanto a participação do primeiro aumentou. Isto se deve ao surgimento de atividades de cunho mais especializado e mais sofisticado, as quais de acordo com os dados, constituem predominantemente serviços modernos e voltados para a Produção, o que configura uma base potencial para a expansão econômica de Porto Alegre.

Os dados sobre a ocupação mostraram que em Porto Alegre o emprego formal abrange cerca de 2/3 do pessoal ocupado, apresentando, porém, uma pequena queda ao longo do período analisado. Na área urbana a formalização nas relações de trabalho é predominante nos Serviços para a Produção, enquanto o trabalho informal predomina nos Serviços para Consumo e na Indústria de Construção Civil.

Ao mesmo tempo que se verifica essa transformação econômica em Porto Alegre, percebe-se, quanto à questão da segregação sócio-espacial, que as áreas de ocupação irregular têm acompanhado a tendência geral de movimentação da população urbana, em direção às áreas intermediárias e periféricas, formando núcleos entremeados com as áreas de

ocupação regular. Nesse processo, as áreas de subabitação têm um nível de saúde e um atendimento por rede de água e esgoto inferiores aos verificados nas áreas de ocupação regular, apesar de progressos ocorridos nos assentamentos irregulares quanto ao aumento da extensão de redes de água e de esgoto sanitário e redução da mortalidade. De fato, vimos que, por um lado, houve aumento na extensão das redes de água e de esgoto e no número de economias ligadas às mesmas, e que as áreas de ocupação irregular foram beneficiadas, embora em menor escala, por essa ampliação; por outro lado, verificou-se uma queda no coeficiente de mortalidade infantil entre 1980 e 1992, atingindo-se índices bastante satisfatórios em relação aos parâmetros internacionais.

A coexistência entre uma evidente crise econômica e social e a queda na mortalidade de menores de um ano pode ser explicada, em grande parte, pela adoção de um programa de imunização de baixo custo adotado pela Organização Mundial de Saúde, constante de seis vacinas contra doenças infecciosas e de larga aplicação no mundo. Um exemplo dessa ação foi a redução da mortalidade infantil de 139 para 91 óbitos por mil nascidos vivos, entre 1970 e 1992, nos quarenta países de renda mais baixa. Em Porto Alegre, os programas de imunização foram complementados pela extensão das redes de água e esgoto, cujo efeito é exatamente a redução das doenças infecciosas, as quais, como vimos, tiveram acentuada diminuição em Porto Alegre, tanto nas

áreas de ocupação regular quanto nas áreas de ocupação irregular.

Entretanto, quanto a este aspecto, notamos que existe um diferencial entre as duas áreas, pois a mortalidade proporcional infantil é maior nos assentamentos irregulares e, além disso, o hiato entre as duas áreas aumentou no período considerado, em relação tanto às causas de óbito quanto à mortalidade infantil tardia.

Outro diferencial entre aquelas áreas diz respeito aos óbitos por doenças respiratórias, relacionadas com o meio social. Vê-se que, por falta de programas preventivos como os adotados para as doenças infecciosas, seus percentuais de óbitos aumentaram entre 1980 e 1992, nas duas áreas. Contudo, não só os valores dos assentamentos irregulares superam os dos assentamentos regulares, como a diferença entre eles aumentou substancialmente, no período.

Assim, nota-se que apesar das melhorias no acesso aos serviços públicos e na redução da mortalidade infantil nas áreas de ocupação irregular, estas têm um nível de atendimento inferior ao das áreas de ocupação regular, quanto aos serviços de saneamento, e um nível de mortalidade proporcionalmente mais alto.

Procurando relacionar esta situação com a renda, encontramos no trabalho de Rocha (1994) uma referência à questão da pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras em 1981 e 1990; nesse trabalho, é mostrado que a RMPA, mesmo com os menores índices de pobreza do país, junto com as

Regiões Metropolitanas de Curitiba e São Paulo, registrou aumento da proporção de pobres naquele período, passando de 17,9% em 1981 para 20,9% em 1990. Efetivamente, as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro foram as duas únicas metrópoles que apresentaram aumento nesse sentido, já que nas demais regiões metropolitanas registrou-se uma queda no percentual da população pobre.

Na RMPA, o número de pobres passou de 417.900 para 642.400 entre 1981 e 1990, podendo inferir-se que se a região como um todo apresentou um aumento, o mesmo ocorreu com a Capital, embora não na mesma proporção da região, porque segundo Rocha (1994), Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte encontram-se na mesma fase do "ciclo de vida" das metrópoles, caracterizado pela expansão da pobreza para a periferia metropolitana, diferentemente de Salvador, Fortaleza e São Paulo, que apresentam uma forte concentração de pobres no município-núcleo.

Os dados de 1990 indicam que Porto Alegre possuía 32,6% dos pobres da RMPA, num total de 209.748 pessoas, equivalendo tal número a 15% da população total da Capital.

Em complementação ao enfoque da pobreza pela renda, a autora analisou a diferença de atendimento dos pobres e não-pobres por água e esgoto, considerando adequadamente atendidos os residentes em domicílios ligados à rede geral de água, poço ou nascente e com canalização interna e à rede geral de esgoto. Por esse critério, em Porto Alegre, o

percentual de população sem abastecimento de água era de 29% entre os pobres e de 3% entre os não-pobres e, quanto ao esgoto, era de 32% e 5%, respectivamente (ROCHA, 1994).

Considerando-se que uma parcela significativa dos pobres se encontra nas vilas de ocupação irregular, podemos concluir que os dados acima reforçam a constatação das diferenças de nível de vida entre os assentamentos regulares e irregulares, na Capital do Estado.

É no surgimento e na expansão dessas vilas irregulares que se nota um primeiro processo de exclusão social em Porto Alegre, associado à lógica do capital, em que os vazios urbanos equipados, a especulação imobiliária e a ação seletiva do Estado se combinam em favor do econômico e em detrimento do uso habitacional, induzindo a população de baixa renda a ocupar o espaço urbano periférico, em que o capital imobiliário cria loteamentos populares de baixa qualidade, às vezes sem infra-estrutura. Alternativamente, a fração mais pobre da população invade áreas públicas ou privadas.

Este fenômeno, que caracterizava a capital gaúcha ao longo das últimas décadas, adquire agora novos contornos, inseridos no contexto da globalização e da modernização. A expansão do terciário em Porto Alegre, na sua feição moderna, através do aumento dos serviços voltados para a produção, bem como do comércio, através de shopping centers, resultante da adaptação da economia local à economia internacional, determina novas formas de segregação. Devido

ao aumento do desemprego decorrente da modernização econômica e às desigualdades de renda, as metrópoles em geral e Porto Alegre em particular, sofrem uma fragmentação entre um setor moderno, acessível à população com maior nível de informação e com demanda solvável, por um lado, e outro setor majoritário, caracterizando uma economia popular, por outro lado, com uma fraca articulação entre os dois setores da economia.

Dentro desse quadro global, que aponta para uma dinâmica capitalista de "crescimento sem emprego", Coraggio prevê que metade da população economicamente ativa a nível mundial deverá constituir "um crescente conjunto inorgânico - configurado pelo trabalho por conta própria, a "informalidade" quase-doméstica(...) e a (informalidade) que se deriva das novas modalidades de produção moderna (terciarização do processo produtivo)" (CORAGGIO, 1993, p.5).

Em Porto Alegre, este novo tipo de segregação sócio-espacial assume também a forma de auto-exclusão por parte do segmento com maior poder aquisitivo, quer ocupando redutos de consumo, como shoppings, quer no que se refere ao uso residencial, como os loteamentos fechados, verificando-se, nos dois casos, a proteção destes redutos por um forte esquema de segurança.

A fragmentação recente caracteriza, assim, um novo fenômeno de exclusão social que se superpõe ao processo de

segregação o qual já vinha se verificando em Porto Alegre, dominado pela lógica da acumulação capitalista.

A separação entre os dois setores da economia é vista por Coraggio como uma forma do dualismo urbano: "uma ilha de empresas modernas num mar de excluídos", em que "as atividades econômicas "informais" de sobrevivência (são) ligadas de muitas maneiras ao setor moderno, mas de tal maneira que já não podem ser vistas como subsumidas à lógica do capital (.)". (CORAGGIO, 1993, p.10).

No mesmo sentido vai a análise de Ribeiro e Lago, para quem no novo padrão de produtividade da economia internacional é possível "admitir que o cenário das nossas grandes cidades possa vir a ser marcado pela des-industrialização, des-metropolização e pela des-associação profunda entre a reprodução do capital e a reprodução de um vasto contingente populacional cuja qualificação não a habilita a entrar no sistema produtivo". (RIBEIRO, LAGO, 1994, p.3).

Neste contexto, cabe indagar sobre as possibilidades de intervenção nesta realidade, a partir de um programa urbano objetivando reduzir o quadro de exclusão existente. Para Coraggio, a possibilidade de intervenção mais adequada consiste, por um lado, em ver que a nova configuração de forças no mundo, decorrente da globalização, determina as novas tendências de desenvolvimento urbano; por outro lado, significa pensar e atuar sobre estas tendências de modo a <u>re-determinar</u>, no curto e médio prazo, os efeitos da

globalização. Para isto, seria necessário desenvolver uma teoria e uma perspectiva de ação voltadas para o desenvolvimento de alternativas econômicas para as cidades, ampliando assim a visão tradicional de associar o "urbano" com os serviços e a gestão política. Segundo ainda o mesmo autor, só com uma alternativa econômica se poderia chegar a uma correta adequação do ordenamento territorial, da distribuição de serviços e até mesmo avançar para uma democracia sustentável. (CORAGGIO, 1993, p. 2, 3 4).

Diante desse quadro, e como sugestões para próximos estudos, cabe levantar uma questão a respeito da necessidade de caracterizar o setor da economia popular, para poder formular uma proposta de política urbana que se constitua em uma alternativa aos efeitos da globalização sobre as cidades. Caminha nesse sentido a procura da identificação dos diversos segmentos que compõem a economia popular, analisando qualitativa e quantitativamente cada um deles. É importante, também, investigar a questão da pobreza urbana, verificando os diferentes patamares que ela assume na população de mais baixa renda, bem como as diferentes atividades e as estratégias de sobrevivência dessa população.

NOTAS

(1)Ver, por exemplo, os trabalhos de Araújo (1992); Dedecca e Montagner (1991); Ferreira (1992); Gonçalves e Semeghini (1992); Rom (1992); Lavinas e Nabuco (1992); e Pacheco (1992).

(2)Por áreas de ocupação irregular compreende-se as áreas de subabitação, na forma como são definidas e demarcadas pela Unidade de Estudos Sócio-Econômicos da Secretaria de Planejamento Municipal (UESE/SPM).

(3)Esses municípios, com suas respectivas taxas, são: Parobé (10,984%), Novo Hartz (9,314%), Estância Velha (6,414%), Guaíba (5,778%), Portão (5,605%), Sapiranga (5,407%), Gravataí (5,230%), Eldorado do Sul (5,097%), Dois Irmãos (4,977%), São Leopoldo (4,952%), Alvorada (4,090%), Novo Hamburgo (3,799%), Viamão (3,370%), Campo Bom (3,198%), Cachoeirinha (3,079%) e Esteio (2,997%).

(4)Dados, respectivamente, do Censo Demográfico de 1980 (1984) e da PNAD de 1990.

(5)Observa-se, na Tabela 1, que entre 1980 e 1985 houve uma queda da participação percentual de Porto Alegre na renda de serviços do Estado, tanto no total do setor como nas suas duas subdivisões - Comércio e Demais Serviços. De 1985 para 1990 houve uma ligeira recuperação da contribuição da Capital em todo o setor, que inclusive se refletiu na participação total do município na renda gaúcha, não configurando, porém, um retorno aos níveis de 1980.

(6)A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre é realizada através de convênio entre FEE, FGTAS/SINE, SEADE/SP e DIEESE.

(7)Aqui, novamente, deve-se levar em consideração a queda da participação percentual de Porto alegre na renda de serviços estadual, conforme a Nota 5.

(8)No trabalho da PED/SP, foram considerados, efetivamente, dois aspectos para discriminar os ocupados nos serviços: o ramo da atividade em que o ocupado se insere e o tipo de vínculo de trabalho (posição na ocupação). Por questões metodológicas, em função do tamanho da amostra para o município de Porto Alegre, não foi possível fazer o mesmo cruzamento com os dados da PED/RMPA.

(9)Pelo fato de que a PED na RMPA tenha sido iniciada em maio de 1992, contamos apenas com os dados de um ano inteiro, 1993, não sendo possível ainda fazer uma série histórica anual, a exemplo de vários outros estudos da PED de São Paulo, como o de Ferreira (1992).

(10)Para a delimitação de setor formal e informal, nos reportamos à definição de Cabóia (1989), que coloca no setor formal os empregados com carteira assinada e os funcionários públicos estatutários, identificando o setor informal com os trabalhadores por conta própria, aqueles sem carteira de trabalho assinada e os sem remuneração. Em nossa pesquisa, consideramos também os empregadores como setor formal.

(11)Em trabalhos elaborados pela Fundação de Economia e Estatística (BARCELLOS, coord., 1986; OLIVEIRA et al., 1989), foram analisados estes aspectos relativamente ao uso e ocupação do solo urbano em Porto Alegre.

(12)No presente trabalho, com dados de 1991, manteve-se a mesma metodologia adotada em Oliveira et al., (1989), para Porto Alegre, onde os circuitos são compostos por bairros relativamente homogêneos quanto à distância ao centro, preço médio do solo e renda familiar. Aos circuitos especiais pertencem bairros distantes do centro porém com rendas e preços do solo semelhantes às do bairro central; o Circuito Especial A reúne os balneários do Guaíba e o Circuito Especial B é constituído pelo bairro Jardim Lindóia.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, J.A.F. e BANDEIRA, P.S. (1988). A desindustrialização de Porto Alegre: causas e perspectivas. Ensaios FEE, Porto Alegre, 9(1): 3-28.

ALONSO, José Antônio Fialho e CARRION, Otília Beatriz K. Desenvolvimento Econômico, Integração e Metrópoles Regionais do Cone Sul. In: Indicadores Econômicos FEE v. 21 n.3, Novembro 1993 - "Região Sul", p.125-135.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante (1992). Uma Nova Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, 6 (3): 55-59, julho-setembro.São Paulo, Fundação Seade.

BARCELLOS, Tanya M. de (1994). Distribuição das Atividades Econômicas no Território: anotações para elaboração de uma tipologia dos municípios gaúchos. Porto Alegre, mimeo.

BARCELLOS, Tanya M. de (coord.) (1986). Segregação urbana e mortalidade em Porto Alegre. Porto Alegre, FEE.

BERNI, Duílio de Ávila (1986). A Economia Gaúcha no Ano 2000. In: Revista AGAS vol. 6 n.48, p. 12-21.

BORJA, Jordi (1992). Políticas Urbanas, Movimentos Populares e Governos Locais. Santiago, Mimeo.

BREITBACH, Áurea C. M. (1992). Características Recentes da Urbanização Gaúcha e os Dados do Último Censo. Porto Alegre, Mimeo.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff (1994). Modificações na Estrutura Econômica de Porto Alegre: o Setor Terciário. Texto para Discussão nº 94/04. Porto Alegre, UFRGS/CPGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Rio Grande do Sul (1994). Rio de Janeiro, IBGE.

CORAGGIO, José Luis (1991). Ciudades sin rumbo - Investigación urbana y proyecto popular. Quito, CIUDAD/SIAP.

CORAGGIO, José Luis (1993). La construcción de una economia popular como horizonte para ciudades sin rumbo. Instituto Fronesis, Ponencia Nº 7.

DEDECCA, Cláudio e MONTAGNER, Paula (1991). A questão da terciarização na Região Metropolitana de São Paulo. In:

Anais do XIX Encontro Nacional de Economia. Brasília, ANPEC, v.2. p. 37-54.

FEE/UFRGS (1994). Especialização Industrial de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Porto Alegre, mimeo.

FERREIRA, Sinésio Pires (1992). Emprego e Terciário - Alterações na Estrutura Ocupacional da Grande São Paulo. In: FUNDAÇÃO SEADE. Cenários Demográficos - População e Desemprego. Col. São Paulo no Limiar do Séc. XXI. São Paulo, Fundação Seade.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). 25 Anos de Economia Gaúcha Vol. 5, Tomo 1. Porto Alegre, FEE.

FURTADO, Carlos Ribeiro (1993). "Gentrification" e o processo de (re)estruturação urbana recente em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M. e ROVATTI, João F. Estudos Urbanos - Porto Alegre e seu Planejamento. Porto Alegre, PMPA/ Ed. da UFRGS. p.99-105.

GONÇALVES, Maria Flora e SEMEGHINI, Ulysses (1992). A Modernização do Setor Terciário Paulista. In: FUNDAÇÃO SEADE. São Paulo em Perspectiva Vol. 6 Nº 3. São Paulo, Fundação Seade.

GRASSI, Paulo Recena (1992). Mortalidade infantil e fetal - setores de Porto Alegre. Porto Alegre, Sistema Único de Saúde/RS.

IBGE/DPE (1989). O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, Nº 23.

KON, Anita (1992). A Produção Terciária: o Caso Paulista. São Paulo, Nobel.

LAVINAS, Lena e NABUCO, Maria Regina (1992). Crise Econômica e Terciarização no Mercado de Trabalho. São Paulo em Perspectiva, 6 (3): 39-47, julho/setembro.

LOUREIRO, Amilcar B.S. (1994). Condições de vida e mortalidade proporcional de menores de cinco anos em Porto Alegre. Indicadores Econômicos FEE v.22, n.1. Porto Alegre, FEE.

OLIVEIRA, Naia et al. (1990). O Processo de Urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, Pedro F. da Cunha (coord.). A Economia Gaúcha e os Anos 90. Porto Alegre, FEE

OLIVEIRA, Naia et al (1989). Vazios Urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais. Porto Alegre, FEE.

PACHECO, Carlos Américo (1992). A Terceirização dos 80 - de tudo um pouco. São Paulo em Perspectiva, 6(3); 27-38, julho-setembro. São Paulo, Fundação Seade.

PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO - SEP - (s.d.). O Terciário da Região Metropolitana de São Paulo. Como entender sua evolução?. Convênio SEADE/DIEESE nº 81 - Grande São Paulo

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - Região Metropolitana de Porto Alegre - cópia xerox (1990). Rio de Janeiro, IBGE.

PÍREZ, Pedro (1993). Las metrópolis latinoamericanas: el reto de las necesidades. In: HECK, Marina, coord. Grandes Metrópolis de América Latina. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina/ Fondo de Cultura Económica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1993). Diagnóstico geral sobre a questão do financiamento dos custos urbanos em Porto Alegre. Porto Alegre, Projeto Porto Alegre Mais: Cidade Constituinte, GT Financiamento da Cidade, Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1993a). Relato sintético e diretrizes para uma gestão política da economia da cidade. Porto Alegre, Projeto Porto Alegre Mais: Cidade Constituinte, GT Desenvolvimento Econômico, Mimeo.

PRÉTECEILLE, Edmond (1994). Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos(org.) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e LAGO, Luciana Corrêa do (1994). Gestão das Grandes Cidades: avaliação e desafios. Mimeo.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (1993). Das desigualdades à exclusão social, da segregação à fragmentação: os novos desafios da reforma urbana. Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VII, nº 1, Abr.

ROCHA, Sonia (1991). Pobreza Metropolitana: Balanço de uma Década. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Perspectivas da Economia Brasileira - 1992. Rio de Janeiro, IPEA.

ROCHA, Sonia (1994). Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JUNIOR, O.A. dos (org.) Globalização, fragmentação e reforma urbana. São Paulo, Civilização Brasileira.

SCHAFFER, Neiva Otero (1992). Do armazém da esquina ao shopping center: a transformação do consumo em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M. e ROVATTI, João F. Estudos Urbanos - Porto Alegre e seu Planejamento. Porto Alegre, PMPA/ Ed. da UFRGS, p.107-117.

UNICEF (1989) Situação Mundial da Infância. Brasília.

Tabela 1

Participação de Porto Alegre, por Setores, na Renda Interna do Estado - 1980 - 1990

	SETORES					
Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços			Total
			Comércio	Demais Serviços	Subtotal	
1980	0.34	18.87	28.64	30.72	30.09	21.71
1985	0.43	12.45	24.84	26.70	26.32	17.37
1990	0.94	12.44	27.10	28.97	28.55	19.79

Fonte dos Dados Brutos: FEE.

Nota: Os dados referentes ao ano de 1980 têm seus valores diferenciados dos dados de estudos anteriores, devido a mudancas realizadas na metodologia de cálculo dos valores coletados, por parte do Núcleo de Contas Regionais da FEE.

Tabela 2

Participação da Renda Interna da Indústria - 15 Maiores Municípios - RS - 1990.

Municípios	%
1 Porto Alegre	12.44
2 Canoas	9.01
3 Caxias do Sul	7.55
4 Novo Hamburgo	5.52
5 Triunfo	4.39
6 Gravataí	3.68
7 Sao Leopoldo	3.45
8 Pelotas	3.02
9 Santa Cruz do Sul	2.87
10 Bento Goncalves	2.23
11 Campo Bom	2.18
12 Sapucaia do Sul	2.08
13 Guaíba	2.06
14 Rio Grande	2.00
15 Sapiranga	1.79
Participação dos Municípios Selecionados	64.27
Rio Grande do Sul	100.00

Fonte: FEE. Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 3

Participação Municipal da Região Metropolitana e de Porto Alegre na Indústria do Rio Grande do Sul, por Número de Empregados - 1991

Gêneros	% de Empregados		
	RMPA	Porto Alegre	Principal Município Produtor
Ind. Bebidas	26.0	18.0	Porto Alegre
Ind. Borracha	66.0	1.9	Sao Leopoldo (22)
Ind. Calcados	57.0	7.0	Novo Hamburgo (17)
Ind. Couro Pel. Sim.	56.0	1.0	Novo Hamburgo (17)
Ind. Diversos	49.0	19.0	Canoas (13)
Ind. Edit. Graf.	71.0	47.0	Porto Alegre
Ind. Fertilizantes	36.0	16.0	Porto Alegre
Ind. Fumo	8.0	7.0	Porto Alegre
Ind. Madeira	17.0	3.0	Porto Alegre
Ind. Mat. Elet. Com.	48.0	11.0	Gravatai (19)
Ind. Mat. Transp.	29.0	8.0	Porto Alegre
Ind. Mecânica	50.0	10.0	Porto Alegre
Ind. Metalúrgica	52.0	14.0	Porto Alegre
Ind. Min. Não-metal.	35.0	8.0	Porto Alegre
Ind. Mobiliário	16.0	5.0	Porto Alegre
Ind. Papel e Papelão	66.0	10.0	Guaiba (17)
Ind. Per. Sab. e Vel.	69.0	38.0	Porto Alegre
Ind. Prod. Farm. Vet.	63.0	54.0	Porto Alegre
Ind. Prod. Alimentar.	19.0	9.0	Porto Alegre
Ind. Prod. Mat. Plast.	75.0	17.0	Triunfo (19)
Ind. Química	74.0	10.0	Triunfo (11)
Ind. Têxtil	60.0	10.0	Sapucaia do Sul (26)
Ind. Vest. Art. Tecn.	36.0	20.0	Porto Alegre

Fonte: Secretaria da Fazenda - RS

Tabela 4

Participação da Renda Interna dos Serviços - 15 Maiores Municípios - RS - 1990.

	Municípios	%
1	Porto Alegre	28.54
2	Canoas	6.05
3	Caxias do Sul	4.20
4	Novo Hamburgo	3.46
5	Passo Fundo	3.00
6	Esteio	2.99
7	Pelotas	2.98
8	Rio Grande	2.93
9	Santa Maria	2.53
10	Santa Cruz do Sul	1.59
11	Sao Leopoldo	1.46
12	Ijuí	1.37
13	Erechim	1.18
14	Bagé	1.14
15	Uruguaiana	1.07
	Participação dos Municípios Selecionados	64.49
	Rio Grande do Sul	100.00

Fonte: FEE - Núcleo de Contas.

Tabela 5

Pessoal Ocupado no Setor Terciário - Quinze Maiores Municípios - RS - 1985

	Municípios	%
1	Porto Alegre	43.63
2	Caxias do Sul	4.41
3	Pelotas	3.21
4	Novo Hamburgo	3.20
5	Canoas	2.43
6	Rio Grande	2.31
7	Santa Maria	2.24
8	Passo Fundo	1.73
9	Sao Leopoldo	1.66
10	Santa Cruz do Sul	1.04
11	Guaíba	0.98
12	Uruguaiana	0.99
13	Santo Angelo	0.92
14	Bagé	0.85
15	Cruz Alta	0.81
	Participação dos Municípios Selecionados	70.41
	Rio Grande do Sul	100.00

Fonte: CENSO DE SERVIÇOS 1985: Rio Grande do Sul (1990). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 6

Estrutura Setorial da Renda Interna de Porto Alegre - 1980 - 1990

(em %)

Ano	SETORES					
	Agropecuária	Indústria	Serviços			Total
			Comércio	Demais Serviços	Subtotal	
1980	0.24	30.14	20.14	49.48	69.62	100.00
1985	0.38	23.72	14.23	59.65	73.89	100.00
1990	0.52	22.51	16.32	60.45	76.97	100.00

Fonte. FEE.

Nota. Os dados referentes ao ano de 1980 têm seus valores diferenciados dos dados de estudos anteriores, devido a mudanças realizadas na metodologia de cálculo dos valores coletados, por parte do Núcleo de Contas Regionais, da FEE.

Tabela 7

Distribuição Percentual dos Ocupados, Segundo o Setor de Atividade Econômica do Trabalho Principal, Porto Alegre, média de 1993

Setor de Atividade	Distribuição (%)
Ocupados Total	100.0
Indústria de Transformação	11.0
Construção Civil	4.5
Comércio	16.0
Serviços	61.7
Serviços Domésticos	6.3
Outros (1)	0.5

Fonte: PED - RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE, SEADE - SP e DIEESE.

(1) Engloba: agricultura, pecuária, extração vegetal e outras atividades não classificadas.

Tabela 8

Distribuição Percentual dos Trabalhadores no Setor de Demais Serviços, pelos grupos ligados a Produção, Consumo e Serviços Sociais - Porto Alegre. 1993

Demais Serviços	%
RAMO DE ATIVIDADE	
- Serviços para a Produção	43.0
*Transportes e Armazenagem	7.2
*Serviços Especializados	8.9
*Serviços Creditícios e Financeiros	6.7
*Serviços de Comunicação	1.5
*Comércio, Administração de Valores Mobiliários e de Imóveis	1.4
*Serviços Auxiliares	5.7
*Oficina de Reparação Mecânica	2.8
*Outros Serviços de Reparação e Limpeza	8.8
- Serviços para o Consumo	19.5
*Serviços Pessoais	2.3
*Serviços de Alimentação	6.1
*Serviços Domésticos	9.3
*Diversões, Radiodifusão e Teledifusão	1.8
- Serviços Sociais	37.5
*Serviços de Utilidade Pública	2.8
*Serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia	12.2
*Educação	9.5
*Saúde	8.9
*Serviços Comunitários	4.1
TOTAL	100.0

Fonte: PED - RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 9

Porcentagem de Alvarás Emitidos no Setor Serviços, Segundo os Grupos Ligados a Produção, Consumo e Social - Porto Alegre - de 1989 a 1992, e 1993

Porto Alegre	Total de Alvarás (de 01/01/89 a 31/11/92)	(de 01/01/93 a 31/12/93)
- Serviços para a Produção	82.39	75.08
- Serviços para o Consumo	4.52	6.60
- Serviços Sociais	13.09	18.32
TOTAL	100.00	100.00

Fonte: Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, POA.

Tabela 10

Distribuição das Pessoas Ocupadas por Ramo de Atividade,
Segundo os Setores Formal e Informal - RMPA - 1990

(em %)

Ramos de Atividade	Pessoas Ocupadas		
	Total	Setor Formal/Total	Setor Informal/Total
Total	100.00	65.54	34.46
Agrícola	100.00	26.26	73.74
Indústria de Transformação	100.00	84.17	15.83
Indústria de Construção	100.00	48.57	51.43
Outras Atividades Industriais	100.00	82.69	17.31
Comércio de Mercadorias	100.00	60.98	39.02
Prestação de Serviços	100.00	41.18	58.82
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	100.00	55.01	44.99
Transporte e Comunicação	100.00	76.41	23.59
Social	100.00	66.86	33.14
Administração Pública	100.00	100.00	---
Outras Atividades	100.00	70.91	29.09

Fonte dos Dados Brutos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1990: Regiões Metropolitanas (1990). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 11

Pessoas Ocupadas nos Setores Formal e Informal em Relação ao Total Geral de Pessoas Ocupadas na RMPA - 1984 - 1990

(em %)

		Pessoas Ocupadas	
Ano	Total	Setor Formal/Total	Setor Informal/Total
1984	100.00	67.22	32.78
1985	100.00	66.75	33.25
1986	100.00	66.83	33.17
1987	100.00	65.62	34.38
1988	100.00	66.46	33.54
1989	100.00	66.91	33.09
1990	100.00	65.54	34.46

Fonte dos Dados Brutos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/1990: Regiões Metropolitanas (1983/1986, 1988/1991)
Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 12

Crescimento Populacional em Porto Alegre, Segundo os Circuitos de Área, e Participação dos Circuitos de Área na População Total em Porto Alegre - 1980 - 1991

CIRCUITOS	1980		1991		Taxa anual de Crescimento 1980-1991
	População	%	População	%	
Central	339 151	30.13	312 282	24.72	(0,75)
Intermediário	371 120	32.98	385 846	30.54	0.35
Periférico	380 861	33.84	525 247	41.58	2.97
Especial A	29 814	2.65	32 989	2.61	0.92
Especial B	4 531	0.40	6 875	0.55	3.86
Total	1 125 477	100.00	1 263 239	100.00	1.06

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (s.d.). Situação demográfica de Porto Alegre (mimeo).

Tabela 13

Bairros com Maior Crescimento Populacional Entre 1980 e 1991

Discriminação	% a.a.	Regiões das Vilas/DMAE	Circuito FEE (1)
1) Belem Velho	21,933	Extremo-Sul	P
2) Vila Nova	15,422	Centro-Sul	P
3) Rubem Berta	8,735	Norte	P
4) Humaitá	7,932	Humaitá-Navegantes	P
5) Nonoai	6,722	Centro-Sul/Grande Cruzeiro	I
6) Espírito Santo	5,848	(nao tem vilas)	I
7) Bom Jesus	5,397	Leste	I
8) Boa Vista	4,137	Eixo da Baltazar	C
9) Restinga	4,133	Restinga	P
10) Bela Vista	4,126	(nao tem vilas)	C

Fonte: IBGE.
(1) C = Circuito Central
I = Circuito Intermediário
P = Circuito Periférico

Tabela 14

População em Habitações Subnormais por Circuito de Área em Porto Alegre - 1991

CIRCUITOS	População	%
Central	2 458	2.48
Intermediário	49 139	49.52
Periférico	46 765	47.13
Especial A	870	0.87
Especial B	0	0.00
Total	99 232	100.00

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (s.d.). Situação demográfica de Porto Alegre (mimeo).

Tabela 15

Bairros de Porto Alegre com Maior Percentual de População em Habitações Subnormais, Segundo o IBGE - 1991

Discriminação	População Total (1)	Em habitações Subnormais Número (2)	Em habitações Subnormais %	Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População Total 1980 - 1991	Circuito
1) Vila Conceição	1 418	870	61.35	0,942	E-A (3)
2) Bom Jesus	21 987	9 986	45.42	5,397	I
3) Santa Tereza	41 898	18 927	45.17	1,079	I
4) Vila João Pessoa	10 738	4 213	39.23	2,285	P
5) Farrapos	13 410	5 166	38.52	0,807	P
6) Agronomia	2 192	779	35.54	12,842	P
7) Nonoai	29 683	5 885	19.83	6,722	I
8) Cascata	20 008	3 737	18.68	2,897	P
9) Sarandi	55 144	9 203	16.69	0,538	P
10) Partenon	47 584	5 877	12.35	1,391	I
Totais	244 062	64 643	-	-	-

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (s.d.). Situação demográfica de Porto Alegre (mimeo).

*Nota:(1)-A população destes dez bairros representa 19.32% do total da população de Porto Alegre

(2)-A população subnormal destes dez bairros representa 65,14% do total da população subnormal de Porto Alegre.

(3)-Trata-se do Circuito Especial A, que abrange os bairros balneários de Porto Alegre.

Tabela 16

Óbitos de Menores de Cinco Anos, por principais Causas e Área de Ocupação, em Porto Alegre - 1992

Principais Causas	Área de Ocupação					
	Regular		Irregular		Total	
	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%
Doenças infecciosas e parasitárias	5º	6.3	4º	11.4	4º	7.4
Doenças infecciosas intestinais		3.5		6.7		4.4
Septicemia		1.9		2.9		2.3
Doenças das Glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunológicos.....	8º	2.7	5º	5.7	7º	3.4
Desnutrição		0.8		3.8		1.5
SIDA (AIDS)		1.6		1.9		1.7
Doenças do Aparelho Respiratório	2º	22.0	1º	32.4	2º	24.3
Pneumonia		17.4		29.5		19.7
Anomalias Congênitas.....	3º	15.8	3º	12.4	3º	15.0
Lesões e envenenamentos.....	6º	4.3	5º	5.7	6º	4.6
Doenças do sistema nervoso e dos sentidos.....	7º	3.8	6º	1.9	7º	3.4
Meningite		1.6		0.9		1.3
Algumas afecções originadas no período perinatal.....	1º	38.6	2º	28.6	1º	36.4
Todas as outras causas	4º	6.5	6º	1.9	6º	5.5
TOTAL		100.0		100.0		100.0

Fonte dos Dados Brutos: BRASIL. Ministério da Saúde (1992). Declarações de óbito. (Estatísticas de saúde, 1. via).

Tabela 17

Mortalidade Neonatal e Infantil Tardia, Segundo a Área de Ocupação, em Porto Alegre - 1980 e 1992

(em %)

Tipos de Mortalidade	Área de Ocupação					
	Regular		Irregular		Total	
	1980	1992	1980	1992	1980	1992
Neonatal	57.5	62.3	44.0	37.0	53.1	56.3
Infantil Tardia	42.5	37.7	56.0	63.0	46.9	43.7

Fonte dos Dados: BRASIL. Ministério da Saúde (1992). Declarações de óbito. (Estatísticas de Saúde, 1. via).
BARCELLOS, Tanya M., coord. (1986). Segregação Urbana e mortalidade em Porto Alegre. Porto Alegre: FEE.

Tabela 18

Mortalidade Infantil, por Causas e Áreas de Ocupação, em Porto Alegre - 1980 - 1992

Principais Causas	Áreas de Ocupação										TC
	Regular				Irregular						
(Grupos e Subgrupos)	1980		1992		1980		1992		1980		
	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%	Ordem de Incidência	%	
Doenças Infecciosas e parasitárias.....	3º	16.1	4º	6.3	3º	19.1	3º	11.7	3º	17.1	
Doenças Infecciosas intestinais		9.8		3.6		10.5		7.4		10.6	
Tuberculose		0.2		--		0.4		--		0.2	
Septicemia		4.5		1.7		7.0		3.2		4.8	
Doenças das Glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunológicos.....	5º	5.2	6º	2.3	5º	7.4	4º	4.3	5º	5.9	
Desnutrição		5.0		0.7		7.4		3.2		5.8	
SIDA (AIDS)		--		1.3		--		1.1		--	
Doenças do aparelho Respiratório.....	2º	18.4	2º	21.2	2º	27.6	1º	35.1	2º	21.3	
Pneumonia		17.1		16.6		26.1		33.0		20.0	
Algumas anomalias Congênitas.....	4º	14.5	3º	15.2	4º	9.3	3º	11.7	4º	12.8	
Lesões e envenenamentos	--	--	8º	1.3	--	--	6º	1.0	--	--	
Doenças do sistema nervoso e dos sentidos	--	--	7º	2.3	--	--	5º	2.1	--	--	
Meningite								2.1		--	
Algumas afecções geradas no período perinatal	1º	41.2	1º	46.4	1º	31.5	2º	31.9	1º	38.1	
Todas as outras causas	6º	4.6	5º	5.0	6º	5.1	5º	4.3	6º	4.8	
TOTAL		100.0		100.0		100.0		100.0		100.0	

Fonte dos Dados Brutos: BRASIL. Ministério da Saúde (1992). Declarações de óbito. (Estatísticas de saúde, 1. vi

Tabela 19

Número de Vilas por Região do Orcamento Participativo em Porto Alegre - 1993

REGIÃO	NÚMERO DE VILAS	%
1- Ilhas	4	1.75
2- Humaitá-Navegantes	13	5.68
3- Leste	20	8.73
4- Lomba do Pinheiro	22	9.61
5- Norte	27	11.79
6- Nordeste	10	4.37
7- Partenon	16	6.99
8- Restinga	10	4.37
9- Grande Glória	14	6.11
10- Grande Cruzeiro	26	11.35
11- Cristal	6	2.62
12- Centro-Sul	20	8.73
13- Extremo-Sul	18	7.86
14- Eixo da Baltazar	7	3.06
15- Sul	4	1.75
16- Centro	12	5.24
TOTAL	229	100.00

Fonte dos Dados Brutos: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - DMAE.

Tabela 20

Extensão das Redes de Água e Esgoto Cloacal - Porto Alegre - 1984 a 1993

ANOS	Rede de Água			
	ÁGUA		ESGOTO CLOACAL	
	Extensão da Rede	Variação Percentual	Extensão da Rede	Variação Percentual
1984	2 157 281.00	--	498 513	--
1985	2 187 671.00	1.4087	534 702	7.2594
1986	2 225 780.00	1.7420	723 647	35.3365
1987	2 262 664.46	1.6571	--	--
1988	2 307 244.00	1.9702	767 686	6.0857 (1)
1989	2 340 742.25	1.4519	782 072	1.8739
1990	2 375 822.37	1.4987	785 644	0.4567
1991	2 406 417.19	1.2878	812 327	3.3964
1992	2 478 506.00	2.9957	860 078	5.8783
1993	2 539 394.00	2.4566	906 275	5.3713

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - DMAE.
(1) A variação percentual referente ao ano de 1988 foi calculada em relação ao ano de 1986, devido à falta de dados indicativos da rede de esgoto cloacal para o ano de 1987.

Tabela 21

Economias Ligadas - Somente Água, Água e Esgoto - Cloacal e Pluvial - e Total da Água e Esgoto - % de Aumento Entre 1990 e 1993

ECONOMIAS LIGADAS			
Somente	Água e Esgoto		Total
Água	Cloacal	Pluvial	
15.65	5.81	6.84	8.63

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. DMAE.

Tabela 22

Pontuação das Regiões com Relação as Carências de Água e Esgoto - Porto Alegre - 1993

Região	Água	Esgoto
Ilhas	4	4
Humaitá-Navegantes	2	4
Zona Leste	1	3
Lomba do Pinheiro	2	3
Zona Norte	0	2
Nordeste	0	2
Partenon	2	3
Restinga	1	3
Grande Glória	2	4
Grande Cruzeiro	1	4
Cristal	2	3
Centro-Sul	0	4
Extremo-Sul	2	4
Eixo da Baltazar	2	4
Zona Sul	3	4
Centro	2	4

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre -DMAE.

Tabela 23

Distribuição Percentual das Vilas com Relação a Carência de Água - 1993

NOTA	Número de Vilas	Percentual
0	58	25.33
1	55	24.02
2	108	47.16
3	4	1.75
4	4	1.75
TOTAL	229	100.00

Fonte dos Dados Brutos: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - DMAE.

Tabela 24

Distribuição Percentual das Vilas com Relação a Carência de Esgoto - 1993

Nota	Número de Vilas	Percentual
0	---	---
1	---	---
2	38	16.59
3	73	31.88
4	118	51.53
TOTAL	229	100.00

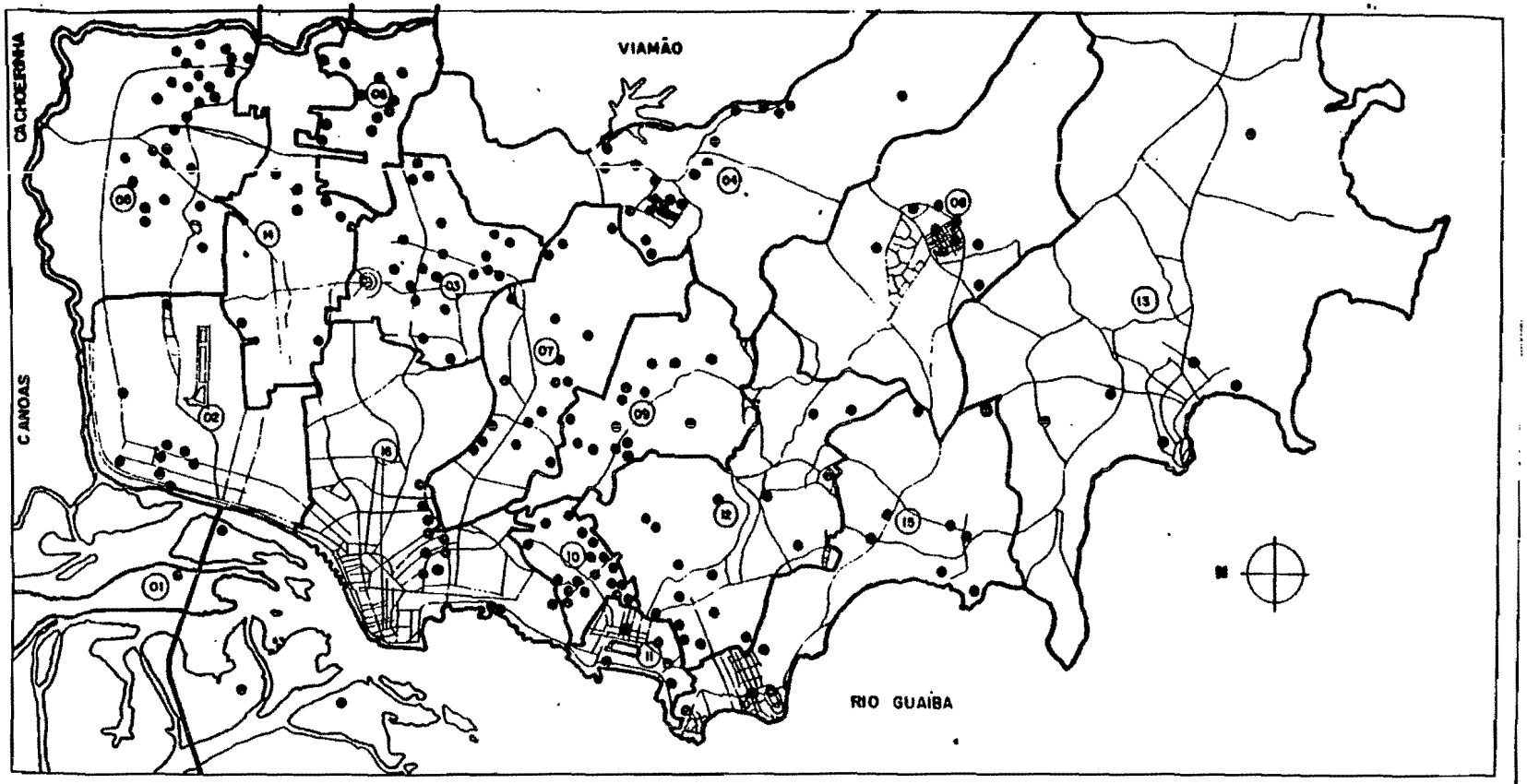
Fonte dos Dados Brutos: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - DMAE.

Tabela 25

Atendimento das Vilas de Porto Alegre por Esgoto - 1993

Discriminação	Percentual
Sem rede	64.89
Cloacal integral	13.33
Cloacal parcial	4.89
Pluvial integral	11.11
Pluvial parcial	5.78
Total	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - DMAE.



VILAS DE PORTO ALEGRE

CARÊNCIAS	ÁGUA	ESGOTO
	REGIÕES	
ABAIXO DE 10 %	15, 12, 5, 6	—
ENTRE 10% E 25%	10, 8, 3	—
ENTRE 25% E 50%	14, 16, 2, 9, 13 11, 7, 4	5, 6
ENTRE 51% E 75%	—	11, 7, 4, 9, 3
[illegible]		1, 14, 16, 2, 9, 13

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

VILAS DE PORTO ALEGRE
CARÊNCIAS DE ÁGUA E ESGOTO

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

MAPA Nº 02